

# O choque vem aí

Ruy Lopes

Os setores econômicos do País estão mergulhados na discussão do Plano Simonsen, baseado na aplicação de um redutor a preços e salários. Os jornais ouvem Maílson, que é contra, entrevistam João Batista, que também é contra, pedem a opinião de empresários e acabam descobrindo que ninguém de bom-senso está a favor da idéia.

Na verdade, a proposta básica do Plano é tão ruim que chega a despertar suspeitas quanto à autoria. Se a elevação dos preços é consequência da inflação, como se quer extinguir a causa combatendo o efeito? Ademais, se um redutor fosse aplicado apenas sobre preços e salários, haveria o desalinhamento completo da economia. A relação existente entre ativos financeiros ou a taxa de câmbio com produtos e serviços perderia a validade, criando uma situação muito parecida com o caos.

Se os pontos fracos do Plano são tão evidentes, por que as discussões continuam centradas nele? Uma explicação bastante razoável é a de que o chamado Plano Simonsen não passa de tática diversionista. Enquanto as atenções se voltam para a figura do mágico, o truque está em

andamento sem que a platéia perceba.

No caso, a mágica é conhecida. A despeito da resistência do ministro da Fazenda, o presidente Sarney parece disposto a impor novo choque à economia, através de decreto-lei. As mudanças ocorreriam no fim da próxima semana. Provavelmente na sexta-feira, 12.

Do ponto de vista político, esta será certamente a última oportunidade para o presidente Sarney tentar resolver problemas da área econômica através de decreto-lei. Dentro de mais algumas semanas, entrará em vigor a nova constituição, que impedirá a adoção desse caminho. Ou ele age agora, e ganha um pouco de fôlego na luta contra a espiral inflacionária, ou deixa para depois e fica na dependência da aprovação do Congresso.

Se as razões de ordem política indicam a conveniência do choque, o panorama econômico não evidencia nenhum motivo de veto à medida. Cansados da inflação, trabalhadores, empresários e povo em geral estariam prontos a conceder um novo crédito de confiança aos governantes, na esperança de ganhar ao menos alguns meses de estabilidade.